

**RELATÓRIO DE
APRESENTAÇÃO DA
POLÍTICA ORÇAMENTAL
E NORMAS DE
EXECUÇÃO**



2020

Indice

ENQUADRAMENTO DO ORÇAMENTO	2
REGRAS ORÇAMENTAIS	4
Equilíbrio Orçamental.....	4
Quadro Plurianual de Programação Orçamental	4
Responsabilidades Contingentes.....	4
POLÍTICA ORÇAMENTAL	5
Alterações Climáticas e Proteção Civil.....	5
- Educação	6
Ação Social, Habitação, Saúde, Desporto e tempos Livres.....	7
Recursos Humanos	8
Cultura	8
Economia	8
Grandes Obras, Investimentos e Ações.....	9
NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	11
Utilização das Dotações Orçamentais	11
Execução Orçamental.....	11
Modificações ao orçamento e às GOP'S	11
Gestão dos Bens Móveis e Imóveis da Autarquia	12
Gestão de Stocks	12
Arrecadação de Receitas	12
Alienação de Imóveis.....	12
Anulação e Restituição de Receitas.....	13
Princípios Gerais para a Realização da Despesa	13
Conferência e Registo da Despesa	14
Processamento das Remunerações.....	14
Cauções.....	14
Fundos de Maneio	15
Compromissos Plurianuais	15
Reposições ao Município.....	16

ENQUADRAMENTO DO ORÇAMENTO

O orçamento da Câmara Municipal de Aljezur para o ano económico de 2020 prevê uma receita global e uma despesa global no montante de 12.434.633€, um acréscimo de cerca de 1.188.386€, portanto cerca de 10%, em relação ao ano anterior.

Em termos das taxas de IMI e IRS, continuamos a ter em atenção às pessoas, não aumentando o IMI, mantendo-o nos níveis, que temos vindo a definir nos outros anos, não agravando os valores, e consequentemente a vida aos Aljezurense, assim como iremos prescindir de 2,5% do IRS, devolvendo às famílias do nosso concelho, num valor total de cerca de 100.000€.

No princípio básico da transparência e da prudência, as receitas de financiamento serão apenas inscritas com a comunicação oficial da aprovação das candidaturas, uma vez que o Quadro Comunitário CRESC 2020, à semelhança de tantos outros, é sempre alvo de dinâmicas e variáveis alheias aos Municípios.

A nossa situação financeira, permite-nos continuar no apoio às instituições, associações e desenvolvendo e investido com sustentabilidade, de maneira a não existir desequilíbrios orçamentais. Com todas as Juntas de Freguesia continuaremos a promover a descentralização, com o devido pacote financeiro e de recursos humanos, de maneira a darmos repostas conjuntas aos anseios das populações.

Este será por ventura, um dos orçamentos mais realista, que o Município de Aljezur já alguma vez apresentou, onde se espelha de forma clara, os custos de gestão desta “casa”, os compromissos já assumidos que temos que continuar a honrar, com as várias entidades do Concelho, nas mais variadas aéreas de intervenção, com destaque para as Associações e IPSS, nomeadamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljezur, a Santa Casa da Misericórdia de Aljezur e a Casa da Criança do Rogil, e obviamente todas as outras associações de âmbito económico, cultural, desportivo e recreativo, fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho.

Assim como o aprofundar da relação com as nossas juntas de freguesia, no âmbito das delegações de competências, onde lhes é disponibilizado um pacote financeiro generoso, e ao mesmo tempo ambicioso.

Será este um orçamento de prioridades, que se centra mais uma vez, nas pessoas, mas que não deixará de levar a cabo uma serie de obras, que nos obrigam a recorrer ao crédito, para o qual temos ainda uma boa capacidade de endividamento.

Existe ainda uma preocupação muito grande, com a dificuldade de trazer empresas para a execução das empreitadas públicas, o que é um problema que começa a ser uma realidade, um pouco por todas as regiões do país.

Este será um orçamento, onde será exigido um esforço coletivo de empenho, rigor e transparência, onde todos os intervenientes, trabalhadores da Câmara Municipal, dirigentes, executivo da Câmara e membros da Assembleia, todos terão a responsabilidade de o colocar ao serviço do Concelho de Aljezur, nas mais abrangentes áreas de intervenção.

Os desafios do futuro estão aí, haja vontade política e técnicas, para se poderem unir esforços de maneira a ultrapassar as dificuldades que nos colocam, assim como os desafios e as oportunidades, que devemos saber agarrar de maneira a coloca-las ao serviço de todos, dando assim e trazendo para Aljezur mais e melhor investimento, mais e melhor oportunidades, mais e melhores equipamentos e serviços, enfim, mais e melhor qualidade de vida para os cidadãos de Concelho de Aljezur.

Por administração direta, com as nossas equipas, temos vindo a fazer intervenções em vários edifícios municipais, assim como pequenas intervenções de reabilitação, das quais destacamos:

- Obras nas instalações do Edifício dos Paços do Concelho e Antiga Escola;
- Obras no espaço de refeições e cantina, permitindo assim condições de higiene e salubridade, para os trabalhadores poderem ter um espaço condigno para as suas refeições;
- Estamos a intervir na Casa Museu José Cercas, com obras a nível de substituição do telhado, e arranjos interiores e exteriores;
- Intervenção urbana no Carrascalinho, a nível de águas pluviais, arranjos de passeios e estacionamento, criação de passadeiras, criando assim mais e melhores condições de circulação e segurança;
- Várias intervenções nos espaços escola, de maneira a criar mais e melhores condições para os nossos alunos;

REGRAS ORÇAMENTAIS

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro alterado pela lei nº 51/2018 de 16 de Agosto – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, os municípios estão sujeitos ao cumprimento do equilíbrio orçamental, o que define que as receitas correntes deverão ser, pelo menos iguais as despesas correntes acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

A tabela evidencia o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental do Município no ano de 2020

Equilíbrio Orçamental

<i>Receitas Correntes</i>	<i>10 480 084,00€</i>	<i>Despesas Correntes</i>	<i>9 976 664,00€</i>
		<i>Amortizações Médias de Empréstimos de M/L Prazo</i>	<i>363 000,00€</i>
TOTAL	10 480 084,00€	TOTAL	10 339 664,00€

Receita Corrente ≥ Despesas Correntes + Amortizações Médias de Empréstimos de M/L Prazo 140 420,00 €

Quadro Plurianual de Programação Orçamental

O Artigo 44º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais , prevê uma proposta de quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) a ser aprovada pelo órgão deliberativo em articulação com as Grandes Opções do Plano numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes.

O quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) define os limites da despesa do município de base móvel de quatro anos, os quais são vinculativos para o ano do exercício económico do orçamento e indicativos para os seguintes.

O referido Quadro Plurianual Municipal carece de regulamentação estabelecida no artº 47º da mesma Lei, assim desconhecendo-se o conteúdo de tal documento por falta de publicação da regulamentação, entende-se que a referida norma não se pode aplicar, assim sendo não foi elaborado este documento.

Responsabilidades Contingentes

- Relação das responsabilidades de Contingentes – em conformidade com a alínea a) do nº 1 do artigo nº46 da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, consta em anexo presente relatório, a relação das responsabilidades de contingentes, entendidas como possíveis obrigações que resultem de factos passado e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros e incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas no presente orçamento, por;

-Não é provável que haja pagamentos, que incorporam benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações;

-O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

POLÍTICA ORÇAMENTAL

Alterações Climáticas e Proteção Civil

Perante o desígnio mundial, será um desafio para a humanidade a tomada urgente de uma nova postura perante os recursos, uma reeducação da utilização dos mesmos, e uma verdadeira preocupação na racionalização de uma utilização inteligente e otimizada.

Este é o desafio e desígnio a que o Município de Aljezur se propõe superar e ultrapassar.

Inseridos num dos redutos de uma identidade fortemente marcada pela riqueza eco-ambiental do território de Aljezur, vincada pela beleza única e riqueza da fauna e de uma flora que vincula uma identidade de excelência, onde ao longo dos anos a preservação guardou tesouros únicos na Europa.

A classificação de parque natural ganha ainda maior dimensão neste desígnio e desafio de valorizar este território, criar a sua sustentabilidade e compatibilizar a vivência de todos de forma responsável desafiando uma redução da pegada ecológica.

As alterações climáticas de que tanto se fala hoje, são um convite a criar novos hábitos de vivência no espaço terra e Aljezur quer contribuir com práticas novas e de excelência que se coadunem com o nosso espaço. Por isso irá a câmara realizar um plano estratégico para as alterações climáticas, que aponte para novas políticas locais de contenção e novas posturas de emergências climáticas, que garantam um futuro melhor as gerações futuras. O desafio é imenso porque esta terra tem de ser cuidada de forma única.

Este instrumento será ainda de vital importância para futuras candidaturas, no próximo quadro comunitário.

Mas hoje, também merece a nossa atenção o desenvolvimento de várias atividades que possam criar uma redução efetiva da emissão de carbono e portanto uma redução efetiva da pegada ecológica.

Autoconsumo e eficiência energética no edifício municipal dos Paços do Concelho e alteração na rede de IP de todo o Vale da Telha, Paisagem Oceano e Arrifana, para tecnologia de leds que garantirá uma redução efetiva de emissão de carbono, bem como na redução da fatura da iluminação pública, em mais de 50 mil euros anuais.

No presente orçamento, consagra-se também a ação ambiental na valorização dos recursos endógenos locais, com a candidatura ao fundo ambiental para valorização da Ribeira de Aljezur que contemplará uma erradicação das plantas invasoras, consolidação de taludes, plantação de plantas autóctones e criação de espelhos de água para valorização daquela ribeira e devolver à convivência dos habitantes locais.

A aprendizagem e uma educação ambiental efetiva, que crie opinião e alerte para os desígnios futuros assentes na valorização da realidade local e novos hábitos para que o futuro seja verdadeiramente sustentável, será mais uma das ações a serem garantidas neste orçamento com uma forte aposta na educação ambiental.

- Neste sentido temos vindo a substituir a iluminação pública, por sistemas de menor consumo, por todo o Concelho.

- Iremos colocar mais iluminação pública, com sistemas de energia solar, em vários locais do Concelho.

- Iremos assinar o Pacto dos Autarcas – Combate às Alterações Climáticas, dando assim um importante passo, para afirmar Aljezur mais Sustentável e assumindo uma política de Combate às Alterações Climáticas.

- Continuaremos a trabalhar no Projeto TerraSeixe, com a Associação GEOTA.

- Temos duas candidaturas, no âmbito da Eficiência Energética, com a AREAL, para o Edifício dos Paços do Concelho num valor total de investimento de 120.000€ e para a Iluminação Pública do Vale da Telha, num valor de cerca de 200.000€.

Em termos de Proteção Civil, continuamos a preparar o futuro, com o reforço e melhoramento de um Serviço Municipal de Proteção Civil, com respetivo pessoal e equipamento, com as Freguesias serão criados programas para uma cultura de proteção civil nas populações.

Serão mantidos os apoios e protocolos, determinantes para o melhor desempenho possível da Associação dos Bombeiros Voluntários de Aljezur, ações com a vigilância nas praias, equipa de intervenção permanente e dispositivo especial de combate a incêndios florestais. Daremos os passos necessários para aprovação do Regulamento de apoio aos bombeiros voluntários.

No âmbito da Associação Terras do Infante, continuamos a executar trabalhos no âmbito da Defesa da Floresta, com os meios próprios, as equipas de sapadores, assim como temos em execução física, uma candidatura ao PDR 2020, de cerca de 900 hectares de rede primária, para os três concelhos, onde cerca de 300 hectares, são no concelho de Aljezur. Está em elaboração o projeto para a criação de um posto estratégico, junto ao Espinhaço de Cão, na antiga casa dos cantoneiros.

Estamos com o projeto, intermunicipal da AMAL, com uma brigada de sapadores, que a sua intervenção será por todo Algarve, equipa essas compostas por 15 elementos.

Continuaremos a trabalhar em parceria com as Juntas de Freguesia, no Projeto das Aldeias Seguras, no nosso concelho.

- Educação

No ano de 2020 não serão introduzidas grandes alterações no âmbito da Educação, nomeadamente no que respeita à educação pré-escolar e ensino básico, uma vez que é um ano de preparação para assumir as novas competências; será sobretudo, um ano de estabilização, de preparação e negociação com a DGEstE, com vista à efetivação dessa transferência. Prevê-se assim manter as medidas sócio educativas que temos vindo sustentadamente a implementar, dirigidas aos alunos e às famílias, mas também na promoção do sucesso educativo do concelho.

Assumimos a gratuidade dos passes para os alunos do ensino secundário, medida essa da mais elementar justiça.

Apoio para realização de visitas de estudo e provas/encontros do Desporto Escolar; apoiar e financiar o desenvolvimento de projetos educativos específicos nas escolas do concelho, como tem sido a Dança Criativa na educação pré-escolar e a Educação Ambiental no 1.º ciclo do ensino básico, entre outros desenvolvidos pelos diversos departamentos do Agrupamento de Escolas de Aljezur, quando solicitado; a oferta dos auxiliares de ensino até ao 9.º ano (cadernos de fichas); atribuição de verba anual por aluno quer do 1.º ciclo do ensino básico, quer da educação pré-escolar, para apoio dos projetos pedagógicos e aquisição de material; a disponibilização dos equipamentos desportivos municipais (pavilhão desportivo e piscinas) para a prática desportiva e clubes de desporto escolar, assim como para a natação adaptada; a disponibilidade do Gabinete de Psicologia na Comunidade, para articulação com os serviços socio educativos do Agrupamento; manter o apoio à NECI para o transporte de crianças e famílias, no âmbito

da Intervenção Precoce na Infância. Muito embora não sendo ainda competência do Município, prevemos ter de intervir para a conservação e reparação do espaço escolar na EBI/JI, porque os serviços regionais e centrais não intervêm, e por inércia destes assistimos à degradação dos espaços escolares, comprometendo a qualidade das atividades educativas.

Ainda no âmbito educativo, a Associação Terras do Infante prepara-se para em 2020 levar a cabo uma intervenção articulada entre os Municípios e os Agrupamentos de Escolas dos três concelhos, para o desenvolvimento de uma estratégia territorial de promoção do sucesso educativo, da qual o concelho de Aljezur, naturalmente fará parte.

Sendo um compromisso que assumimos para este mandato, sendo também um compromisso dos três concelhos que integram a Associação Terras do Infante, em 2020 faremos a proposta de adesão à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

- Ação Social, Habitação, Saúde, Desporto e tempos Livres

Com a revisão e aprovação do Diagnóstico Social atualizado, a Rede Social do concelho retomou o seu pleno e regular funcionamento. A aprovação do CLDS, que terá intervenção no concelho durante 3 anos, será um contributo para o fortalecimento da articulação entre os diversos parceiros, além das ações concretas que terá no acompanhamento a famílias e pessoas com problemáticas sociais específicas, pelo que o seu desenvolvimento no terreno e junto de públicos alvo, irá ser um dos focos da ação municipal.

Manter-se-ão as medidas e os programas municipais orientados para a intervenção integrada em diversas áreas – a saúde, a ocupação dos tempos livres, a promoção de estilos de vida saudável, o envelhecimento ativo, a promoção da saúde mental e o combate ao isolamento social – PROTEL, Entrelaçar, Férias Ativas, Marchas-Passeio e Desporto Sénior, são programas para continuar. Salientar ainda que no âmbito do Desporto, com o recente recrutamento de mais dois técnicos superiores, estamos em condições e iremos apostar na diversificação da oferta de atividade física e na captação de novos praticantes, nos equipamentos municipais.

Ainda no âmbito dos compromissos com uma política da Família e do nosso compromisso com a disponibilização de respostas sociais de qualidade e proximidade, no cuidado aos seus descendentes e ascendentes, manter-se-ão os vários protocolos com as instituições do 3.º setor (IPSS), para o desenvolvimento de respostas sociais para a infância e terceira idade.

Prevê-se que seja criada uma nova resposta social em Odeceixe, em parceria com a Associação de Pais, para acompanhamento das crianças da EB1, fora dos tempos letivos.

Manter-se-ão também os protocolos e apoios ao funcionamento da CPCJ, do Gabinete de apoio à vítima, e o desenvolvimento do Plano Intermunicipal para a Igualdade, que subscrevemos com o Município de Odemira.

Iremos prosseguir com o programa cultural infanto-juvenil, iniciado em 2019 - “Teatro aos Sábados”, que sendo uma aposta do município na captação e formação de novos públicos, é também uma forma de promover atividades conjuntas e o diálogo inter familiar.

O programa municipal de venda de lotes municipais para autoconstrução terá em 2020, e neste domínio, como objetivo, disponibilizar lotes no loteamento da Barrada, assim que concluídas as infraestruturas que faltam, bem como a criação de um novo loteamento municipal na freguesia do Rogil. Assim como a necessidade de alterar o Loteamento de Odeceixe, Carrapateira e Maria Vinagre, criando mais lotes para autoconstrução.

Será desenvolvido o procedimento e aprovado um novo regulamento no âmbito da habitação, destinado à atribuição de apoio ao arrendamento; pretende-se sobretudo manter num nível socialmente justo, a taxa de esforço das famílias nas despesas com a renda habitacional. Prevê-se igualmente avaliar a necessidade da criação do regime de residência partilhada, e a sua regulamentação, de modo a libertar fogos municipais em situação de subocupação.

O documento Estratégia Local de Habitação possibilitará o acesso às iniciativas de criação de habitação a custos controlados, através de fundos do IHRU.

Estratégia local de habitação

- Recursos Humanos

Estando praticamente concluídos os processos de recrutamento dos dois exercícios orçamentais anteriores, 2020 será o ano para se fazer a avaliação da Organização dos serviços municipais, não só em função dos lugares/funções que constam no seu Mapa de Pessoal e que já não correspondem à matriz organizacional que está em vigor, mas também para perspetivar e preparar a organização e os serviços para acolher as novas competências. É fundamental ter um diagnóstico real e isento sobre a organização e o funcionamento de todos os serviços da autarquia, não só em face da realidade presente, como para se poder redimensionar e reprogramar face aos desafios do futuro.

Manter-se-á a formação dos recursos humanos, apostando sobretudo na formação interna e optando pela formação externa apenas em casos pontuais, concretos e específicos, de algumas atividades ou áreas para as quais não faça sentido mobilizar um maior número de trabalhadores. A formação como fator de valorização profissional, será um dos elementos a ter em conta na adequação da estrutura à nova realidade que se avizinha que, em face do que venham a ser as conclusões do diagnóstico e avaliação da organização, poderá trazer novas perspetivas no âmbito da gestão de carreiras dos seus trabalhadores.

- Cultura

Na Cultura vêm inscritas múltiplas ações, programa de animação cultural, capaz por si só, de trazer até nós diversos públicos. Continuaremos a contar com as parcerias das várias ações culturais do concelho, assim como a política editorial de várias edições e publicações. Assim como desenvolver uma programação anual, com várias iniciativas de teatro, exposições, literatura, entre outras.

Foi assinado protocolo, entre o Ministério da Cultura, o Município de Aljezur, a Universidade Nova de Lisboa e a Fundação AGA Ka, para a intervenção no mais importante monumento, do género, o Ribath de Arrifana. Onde neste momento o Ministério da Cultura desenvolve o processo para a posse dos terrenos em causa, e estando constituído grupo de trabalho, que irá preparar todo o processo.

- Economia

Iremos desenvolver varias ações de dinamização da Zona Industrial da Feiteirinha, potenciando a mesma, e captando mais investimento.

Continuaremos a apoiar a Rota Vicentina e a Via Algarviana, que tem acrescentado mais-valia económica na região, potenciando e quebrando a sazonalidade da época baixa.

O Festivais temáticos, continuarão a fazer parte das várias ações, para divulgar e alavancar as nossas atividades, assim como a participação em várias feiras da especialidade.

- Grandes Obras, Investimentos e Ações

Estamos neste momento a ultimar o projeto para o mercado de Aljezur, para podermos lançar a obra no próximo ano, num valor de 1.200.000€, assim como estamos a elaborar o projeto do futuro Edifício dos Paços do Concelho e centro de negócios, num valor estimado de investimento de cerca de 2.500.000€. Iremos lançar concurso para o projeto do Parque Urbano dos Malhadais em Odeceixe, assim como alguns projetos no âmbito da Mobilidade.

Com os moradores de Maria Vinagre, conforme nosso compromisso eleitoral, elaboraremos o projeto de requalificação urbana daquela localidade.

Quanto ao Vale da Telha, no âmbito do Contrato de Planeamento e nos termos em que corre, aguardamos a conclusão do Plano de Pormenor, para envio à CCDR Algarve, para que a mesma possa dar início á concertação com as várias entidades. Temos vindo a apreciar os pedidos de licenciamento que estavam “parados”, dos quais já foram resolvidos cerca de 30 processos de licenças de utilização, e continuaremos a trabalhar nesse sentido;

No âmbito de ordenamento do território, serão, no seio da AMAL, discutidos vários diplomas e questões, sobre matérias estratégicas muito importantes para o Algarve.

Temos vários desafios, fundamentais e determinantes para o futuro do nosso concelho:

- A revisão do Plano Diretor Municipal, documento de maior importância para o Concelho.
- Plano de Defesa da Floresta contra incêndios, assim como o Plano Municipal de Proteção Civil;

Uma nota para assuntos que estão na ordem do dia, que teremos de aprofundar, como:

- Descentralização de Competência, quer com o Estado, quer com as Juntas de Freguesia;
- A realidade do Alojamento Local, onde iniciamos a criação de um regulamento para o mesmo;
- A Lei das Fianças Locais, importante instrumento, que é necessário discutir, em colaboração com a ANMP;
- No âmbito da Associação Terras do Infante, continuamos a realizar o Plano Estratégico Intermunicipal Terras do Infante, instrumento fundamental e de extrema importância, para estes três concelhos;
- Com a Administração Central, e o novo elenco Governativo, iremos continuar a trabalhar e reivindicar, para Aljezur, tudo aquilo que entendemos que é necessário e justo, para as nossas gentes;
- Estamos a tentar para que a Sociedade POLIS não seja extinta e possa concluir as obras que ainda lhes falta executar, nomeadamente os melhoramentos no Portinho de Arrifana, obra iniciada em Outubro, num investimento de cerca de 600.000€, com uma comparticipação da Câmara de cerca de 150.000€, com um calendário de 6 meses. Aguardamos ainda a escolha da empresa e respetiva adjudicação para a obra do passadiço pedonal em Odeceixe, num esforço financeiro da Autarquia de cerca de 270.000€;
- Estamos a ultimar a revisão do projeto das Ecovias e Ciclovias, para uma obra no valor de 2.000.000€.
- As Aguas do Algarve estão neste momento a elaborar os projetos, para as soluções para a ETAR de Rogil e Carrascalinho, cujas intervenções se prevêm para o início de 2020, intervenções estas de extrema importância para as populações do Carrascalinho e Rogil.
- Voltamos a colocar na agenda, junto ao Ministério das Obras Publicas e as Infraestruturas de Portugal, para que se encontre e se trabalhe a concretização de uma “variante a Aljezur” bem como uma solução para dentro da Vila de Aljezur, para uma melhor circulação automóvel, mobilidade dos peões e mais estacionamento, estando já uma equipa a trabalhar numa proposta de solução;

- Teremos uma tarefa muito importante pela frente, aguardando que o Ministério do Ambiente, faça a tão esperada revisão do Plano do Parque Natural Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, Despacho nº9316/2019 agora publicado.

- Junto ao ICNF, iremos pugnar para que sejam encontradas soluções para o ordenamento do Auto caravanismo e campismo, surgindo uma rede de oferta para este produto;

- Continuaremos a estar atentos e interventivos, á situação do Perímetro de Rega do Mira, com o Ministério da Agricultura, de maneira que se possam criar regras compatíveis com a atividade agrícola, com a atividade turística e a preservação dos recursos naturais e ambientais, mais agora com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº179/2019;

-Continuamos a exigir a concretização do acordo que foi assinado entre o Estado (Ministério da Administração Interna) e a Autarquia, para que se possa construir em Aljezur as novas instalações do Quartel do GNR de Aljezur com instalações condignas para as nossas forças de segurança. Continuaremos empenhados, na resolução da questão pendente, para Odeceixe em relação aos edifícios do antigo posto da praia e o atual posto em Odeceixe.

- Continuaremos, junto do Ministério da Segurança Social, a exigir e trabalhar, numa solução para o alargamento do Apoio de Dia, a outras localidades do Concelho, nomeadamente Alfambras e Vales, o qual estava previsto, e ainda não houve reposta da parte de quem tem essa responsabilidade, nomeadamente a Segurança Social.

- Em 2020, iremos abrir e colocar em agenda, com o Ministério da Educação, a criação de condições para o funcionamento do ensino secundário em Aljezur.

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Utilização das Dotações Orçamentais

Durante o ano de 2020 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previstos ao abrigo do disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

Execução Orçamental

1-Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores da despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

2-A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a)Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2019 e não pagos que tenham fatura ou documento equivalente (dívida transitada), de acordo com o plano de assunção da despesa;
- b)Registo, no início do ano económico de todos os compromissos contratualizados para o ano de 2020 (despesas certas e permanentes- valores estimados), de acordo com o plano de assunção da despesa;
- c)Registo dos compromissos decorrentes de eventuais reescalamentos dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para o exercício de 2020
- d) Na execução orçamental serão respeitados os princípios e regras constantes no POCAL, na LCPA e respetiva regulamentação e demais regras da contratação pública, entre outros normativos específicos.

Modificações ao orçamento e às GOP'S

O Presidente da Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, confirmando as seguintes regras:

- a)As dotações inscritas no orçamento, comparticipadas por Fundos Comunitários, ou outros, não poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas para lá da contrapartida do próprio Município;
- b)É da competência da Câmara Municipal a aprovação das alterações orçamentais, tendo a mesma sido delegada no Presidente da Câmara de acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.
- c) Na primeira alteração orçamental do ano de 2019, são afetadas as dotações orçamentais aos compromissos e à dívida transitada do ano de 2018.
- d) As alterações orçamentais, não devem por norma ser superior a duas por mês podendo ser ultrapassadas em caso de urgente necessidade de assunção de despesas.

Gestão dos Bens Móveis e Imóveis da Autarquia

1-A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento do Património de acordo com procedimentos internos.

2-As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as Grandes Opções do Plano, nomeadamente o Plano Plurianual de Investimentos e com base nas orientações dos elementos do Órgão Executivo, através de informação-proposta da despesa bem como a verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Gestão de Stocks

1-Os bens em stock que será um recurso de gestão, a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas.

2- Tendencialmente a aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.

3-Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo identificar o fim a que se destinam.

Arrecadação de Receitas

1-Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada para além dos valores inscritos no Orçamento.

2-A Liquidação e arrecadação de receitas serão efetuados com base na Tabela Geral de Taxas e Licenças do Município de Aljezur, bem como o disposto nos regulamentos Municipais e outros diplomas legais em vigor que estabeleçam regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos.

3-No momento da liquidação ou arrecadação da receita, os serviços deverão verificar os normativos legais e regulamentares de suporte e solicitar aos utentes (clientes particulares ou empresas) a apresentação do respetivo Número de Identificação Fiscal.

4-As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro transitam para o ano seguinte nas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar e mantidas em conta corrente.

Alienação de Imóveis

1-Os terrenos e edifícios a alienar contêm obrigatoriamente:

a)Uma descrição sucinta de cada imóvel, mencionando a atual afetação e elementos cadastrais, registrais e contabilísticos;

b)O modo previsto de alienação, considerando as disposições legais e regulamentos aplicáveis.

Anulação e Restituição de Receitas

1-As anulações de guias de recebimento, que sejam efetuadas no próprio dia que se verifique a ocorrência, para correção de erros, devem conter uma informação fundamentada, justificando as razões da mesma. Podendo a mesma ser efetuada na aplicação informática de Taxas e Licenças.

2-As anulações de guias de recebimento em dia seguinte ao da liquidação, por motivo de duplicação ou lapso no cálculo do valor da Receita a cobrar, ou por qualquer incorreção, devem ser efetuadas mediante informação do serviço que solicita a anulação fundamentando e justificando as razões para o mesmo, sendo a mesma autorizada superiormente pelo Presidente da Câmara.

3- As anulações de dívida por decisão do Órgão Executivo devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada quanto ao motivo da anulação da liquidação da receita.

4- A anulação da liquidação de uma fatura implica sempre a emissão de uma nota de crédito.

5.As restituições de receita devem ser efetuadas mediante informação devidamente fundamentada do serviço emissor, e autorizadas pelo Órgão Executivo:

a)Restituições do próprio ano económico são efetuadas através do processo de Reembolso e Restituições da Receita, com reflexos no controlo Orçamental da Receita;

b)Restituições de anos anteriores são efetuadas através de processo de despesa com emissão de Ordem de Pagamento com reflexos no Controlo Orçamental da Despesa.

Princípios Gerais para a Realização da Despesa

1-Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitada os princípios e regras definidas no sistema de Contabilidade Autárquica, bem como as normas legais disciplinadoras dos procedimentos para assunção da despesa, bem como a aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso nomeadamente:

a)As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se para além de serem legais estiverem justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.

b) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.

c)As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;

2-No início do ano deverão ser enumeradas, estimados os valores com base no valor das despesas do ano anterior, cabimentadas e comprometidas as despesas com caracter de despesas certas e permanentes (Salários, Comunicações, Energia Elétrica, Combustíveis, Seguros, Água para Consumo Humano, Tratamento de Resíduos Sólidos, Tratamento Águas Residuais, Contratos de Assistência Técnica, Contratos de Prestação de Serviços-Avenças, Transferências/Protocolos-Aprovados, Portagens, Contratos de Arrendamento, Quotizações) para o ano económico, sendo efetuado o agendamento para o mês da realização da despesa.

3- No final de cada mês deverão ser conferidos todos os cabimentos e compromissos que originam despesa e feito a respetiva correção, ajustando ao mês da realização da despesa.

4)As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro, ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

Conferência e Registo da Despesa

1-A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais, nomeadamente o Sistema de Contabilidade Autárquica em vigor, Código dos Contratos Públicos, regras e instrução dos processos sujeitos ao Tribunal de Contas bem como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso.

2-As faturas da despesa realizada, deverão ser emitidas em nome do Município de Aljezur, e enviadas no prazo de 5 dias após a realização da prestação ou fornecimento, preferencialmente com indicação do número de compromisso.

3-As faturas a liquidar, as guias de remessa ou de transporte deverão ser visadas, pelo serviço responsável pela receção do bem/serviço.

4-Caso as faturas não se apresentarem com as condições previstas na Lei, cabe ao Serviços de Gestão Financeira devolvê-las ao fornecedor e solicitar as respetivas notas de crédito.

5-Não poderá proceder-se a pagamentos sem que exista um documento que comprove a realização da despesa devidamente confirmada.

Processamento das Remunerações

1-As despesas relativas a remunerações do pessoal serão processadas pela Divisão Administrativa e de Recursos Humanos- Serviços de Gestão de Recursos Humanos;

2-Deverão constar nas folhas de remunerações, os documentos de despesa de saúde (comparticipados pela ADSE), Boletins de Ajudas de Custo, e mapas de Horas extraordinárias devidamente autorizadas previamente a sua realização.

3-No serviço de Gestão Financeira deverá ser efetuado o cabimento e o compromisso anual das remunerações certas e permanentes (Remunerações, Subsídios de Férias e de Natal, Subsidio de refeição, Subsidio familiares a crianças e jovens, Despesa de representação, Abono para Falhas).

4-Mensalmente serão efetuados os cabimentos e compromissos pelos valores efetivamente realizados referentes a abonos diversos e variáveis (subsídios de doenças maternidade e paternidade, Horas extraordinárias, Ajudas de Custo, Subsidio de Trabalho Noturno e encargos com a saúde).

Cauções

1-Os Serviços responsáveis pela contratação de bens e serviços e contratação de empreitadas, são responsáveis pela solicitação das cauções nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2- Os serviços que receciona, cauções sob qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, processos de licenciamento, deverão remeter as mesmas ao Serviço de Gestão Financeira, que procederá ao seu registo e arquivo.

3- Cabe ao Serviço de Gestão Financeira registar contabilisticamente a receção, o reforço, a diminuição, assim como a devolução das cauções de acordo com a informação dos respetivos serviços, onde conste as condições para libertar as cauções existentes com a referência de cada uma e dos processos que as originaram.

4- As garantias referidas no número anterior ficarão à guarda dos respetivos serviços responsáveis pela contratação.

Fundos de Maneio

1-O montante de fundo de maneio atribuir no ano de 2020 será desagregado por rúbricas orçamentais, conforme estipula a Norma de Controlo Interno.

2-O fundo de maneio deverá ser utilizado nas rubricas que foram solicitadas e aprovadas e consequentemente cabimentadas e comprometidas com valores estimados.

Compromissos Plurianuais

1-Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na LCPA, no Decreto Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho e demais normas de execução de despesa, e que resultem de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista ou de acordo com a sua reprogramação, e ainda os compromissos plurianuais de despesas em que o valor do compromissos plurianual se situa, em cada ano, até aos 99.759,58 euros e cujo prazo de execução não seja superior a três anos.

2-A autorização de despesa é delegada no presidente da câmara, na prerrogativa prevista no n.º 3 do artigo 6.º Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março.

3-Conforme nº 2 do artigo 12º do no Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, esta autorização não abrange os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa.

4-Consideram-se automaticamente autorizadas, na data do seu vencimento, todas as despesas certas e permanentes, designadamente:

a)Vencimentos;

b)Subsídio familiar crianças e Jovens;

c)Gratificações, pensões de aposentação e outras;

e)Encargos de empréstimos;

e)Rendas;

f)Contribuições e Impostos, reembolsos e Quotas ao Estado ou Organismos seus dependente;

g)Bem como outras despesas de funcionamento certas e inadiáveis.

Reposições ao Município

1-As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:

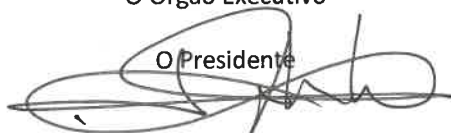
a)Caso sejam referentes ao ano económico de 2019, fazem-se através de uma Guia de Reposição, consideram-se como execução orçamental da Despesa.

b)Sendo reposições referente a exercícios anteriores são respostas através de uma Guia de Recebimento, as quais são contabilidade na Execução Orçamental da Receita.

Município de Aljezur, 31 Outubro de 2019.

O Órgão Executivo

O Presidente



Os Vereadores

R. M. Antão

